

[illegible]



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Maricá

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

Nº DO PROCESSO	0024604/2024	DATA DE ENTRADA	07/11/2024 17:48:27
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO AO PP 19/2023

DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	
TELEFONE (21) 3439-6170	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO	ANEXADO?

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Maricá

Nº DO PROCESSO

0024604/2024

DATA ABERTURA

07/11/2024 17:48:27

REQUERENTE  
MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
ASSUNTO  
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL  
COMPLEMENTO  
IMPUGNAÇÃO AO PP 19/2023



24604/24  
07/11/24  
ju 03

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE MARICÁ – RJ

**Pregão Presencial n.º: 19/2023**

**MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.088.605/0001-04, com sede na Avenida das Américas, 3434, Bloco 4, sala 318, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.640-102, [mgs-clean@mgs-clean.net](mailto:mgs-clean@mgs-clean.net), por seu representante legal, nos autos do **Processo Administrativo** referente ao **Pregão Presencial SRP nº 19/2023**, inconformada, *data maxima venia*, com os flagrantes vícios constantes do **Edital** e com fulcro no **§2º do art. 41 da Lei 8.666/93** e **item 16.1**, vem apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, mediante os fundamentos de fato e de Direito que passa a expor.

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

1-. A sessão inaugural conforme o preâmbulo está marcada para o dia 11 de novembro de 2024 (segunda-feira), assim, o prazo assinado de até 2 (dois) dias úteis para que os interessados possam impugnar o edital se encerra em 07 de novembro (quinta-feira) às 17h (item 16.2.1), então, remetida a Impugnação nesta data, na exata forma e prazo fixados, mostra-se inequivocamente tempestiva.

MGS Clean Soluções e Serviços  
Av. das Américas, 3434 Sala 506 Bloco 2 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ  
E- mail: [mgs-clean@mgs-clean.net](mailto:mgs-clean@mgs-clean.net)  
Site: [www.mgs-clean.net](http://www.mgs-clean.net)

### DO ESCLARECIMENTO INICIAL NECESSÁRIO

2-. É, por evidente, de pleno conhecimento da Secretaria que a presente licitação decorre de um processo administrativo iniciado no ano de 2022, cujo edital originalmente fora publicado em abril de 2023 e foi alvo de impugnações e pedidos de esclarecimentos.

3-. Conquanto as referidas impugnações tenham, à época, suspenso a sessão inaugural, ao final, foram indeferidas, entendendo a Administração que, como não havia expressa determinação de observância a uma CCT específica, mas apenas ao valor de salário base naquela usada como referência, não havia defeito no edital, **o que foi superado com a edição do novo edital, item 11.2.3.2.2 que não impõe obrigação de CCT ou salário específico, mas sim obediência a CCT ou ACT ao qual está vinculada a proponente.**

4-. Do mesmo modo, entendeu superada a arguição de ausência de previsão de custos para o indispensável Responsável Técnico, no caso, Nutricionistas, sob argumento que se tratando de prestação de serviços já era dever e deveria compor o custo total da proposta, a atuação dos Responsáveis Técnicos, **mas neste ponto, não alterou o instrumento em nada.**

5-. Sob esses entendimentos, passados mais de um ano, foi publicado novo edital, ainda sob a modalidade presencial, inclusive, se valendo da interpretação extensiva do art. 191 da Lei 14.133/2021, que permite, nos processos já iniciados antes de 30/12/23 (inciso II do art.

193 da Lei 14.133/21) a regência dos atos sob a Lei 8.666/93 e a 10.520/2002.

6-. Ocorre que, como se verá, a par dos argumentos das anteriores impugnações, legítimas por sinal e indeferidas, a verdade é que alguns mesmos pontos impõem defeito sério no edital, mas sob outra abordagem não levada a efeito pelos outros licitantes, tampouco observado por esta Administração.

7-. Importante fazer essa ressalva, porque, *prima facie*, pode parecer tratar-se da mesma “causa de pedir”, mas não é.

8-. Igualmente quanto os custos dos Nutricionistas! Ainda que prevaleça o já esposado entendimento da Administração, permanece o defeito considerando a forma em que se está licitando, a saber, pelo Sistema de Registro de Preços.

9-. Feita essa primeira consideração, se permite fazer brevíssimo resumo dos fatos e passar aos pontos impugnados.

#### **DOS FATOS**

10-. A Secretaria de Educação de Maricá decidiu abrir licitação pública, pela modalidade de *Pregão Presencial*, por meio do **Sistema de Registro de Preços** “*para terceirização através de contratação de Empresa Especializada, devidamente regularizada, para prestação do serviço gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá, conforme condições,*

*quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”, conforme item 2.1.*

11-. Visando participar do certame, a Impugnante, sociedade mercantil especializada na prestação dos serviços licitados, adquiriu o aludido Edital. Analisando os termos do Instrumento Convocatório verificou ofensas aos textos legais federais pertinentes (Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002), como se demonstrará, impondo a imediata revisão do instrumento.

12-. Desta feita, para que não se alegue preclusão e, possa ser levado a análise as dúvidas, divergências e ilegalidades apontadas no edital, serve-se da presente Impugnação para fazê-lo.

**DA DEFICIENTE PUBLICAÇÃO DO EDITAL  
DA NULIDADE DO PROCESSO  
VIOLAÇÃO DO INCISO II DO ART. 21 DA LEI 8.666/93**

13-. O edital, no item 10, fez questão de justificar que “*não havendo verbas oriundas de repasses estaduais e federais*”, dispensável estaria da publicação do aviso de licitação nos Diários Oficiais da União e do Estado do Rio de Janeiro.

14-. No entanto, a decisão e a justificativa violam o procedimento fixado no inciso II do art. 21 da Lei 8.666/93. Sendo a licitação Municipal, como aqui o caso, e quando não houver envolvimento de recursos federais, de fato, dispensável a publicação do aviso no DOU, no entanto,

em hipótese alguma é dispensável a publicação no Diário Oficial do Estado e no Municipal. É isso o que exorta do art. 21:

*“Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:*

*I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”*

15-. De ver-se que, absolutamente nula a publicação de aviso de licitação municipal, que não for anunciada no Diário Oficial Estadual, seja por violação direta a norma legal, seja pela violação indireta dos princípios da publicidade e da ampliação da disputa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/93.

16-. Desta feita, para manutenção da higidez do processo, importa na suspensão do ato inaugural e a republicação do aviso, agora, também no DOE e, conseqüentemente, a revisão do texto no item 10 do instrumento convocatório, ante a sua absoluta ilegalidade.

### **DOS CUSTOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

#### **DA IMPOSIÇÃO DE EXIGENCIA INCOMPATÍVEL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

#### **RISCO DE INEXEQUIBILIDADE E DE EXECUÇÃO**

17-. Sem demanda cansativas laudas, como dito, a Administração em respostas anteriores já indicou quem no seu entender, não há defeito do edital ao não prever os custos dos Responsáveis Técnicos sob o argumento de que estes, na prestação do serviço, são obrigatório e devem compor o custo da proposta.

18-. Não obstante a Impugnante MGS discordar desse entendimento, é compreensível a opção da Administração.

19-. No entanto, e essa é a nova “abordagem” apresentada pela MGS sob um mesmo ponto, não é compatível e validade possível impor um custo obrigatório ao licitante, sem que não se saiba, nem mesmo, qual o valor do contrato.

20-. Note-se, tratando de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, o valor da proposta é uma coisa, valor do contrato é outra.



21-. A Administração ao optar pelo SRP, anota o valor de custo de cada funcionário e, neste caso, ainda a ser apurado por hora trabalhada. Como característica do SRP, não há obrigatoriedade de contratar todo o efeito registrado, ao revés, é exatamente por isso que existe o SRP, para que a demanda, na forma em que surgida, possa ser atendida sem um novo processo licitatório a cada fato.

22-. É isso, inclusive, o que exorta os itens 24.18 e 24.24 do instrumento convocatório:

**“24.18. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.”**

**“24.23. O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a PMM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.”**

23-. A confusão começa no próprio texto do objeto, que confunde “prestação de serviço” de “gestão de mão de obra”. Equivocadamente pretende, note-se: ***“a contratação de serviço de gestão de mão de obra”***.

24-. Ou é “prestação de serviço” ou é “gestão de mão de obra”. Se é gestão, cabível o SRP e a contratação das quantidades desejadas e alocação destes em seus locais de trabalho.

25-. Por outro lado, se é “prestação de serviço”, isso impõe à Contratada o dever de gerir a execução o objeto, e só pode fazê-lo corretamente se souber exatamente o que lhe impõe a obrigação.

26-. Nesse passo, na hipótese de contratação de todo o efetivo registrado – que não é obrigação da PMM –, no custo dos 535 funcionários, poderia estar diluído todos os demais custos operacionais que a PMM não quer individualizar, como o custo dos Responsáveis Técnicos para a prestação do serviço.

27-. Todos esses custos operacionais seriam diluídos no preço de cada posto, como sugere a Administração da PMM nas respostas as impugnações anteriores.

28-. Mas, quando opta pelo Sistema de Registro de Preço, a PMM tem o direito de contratar, por exemplo, 40% ou 10% desse efetivo, então ocorre que o custo operacional da empresa que foi “diluído” no total de 535 colaboradores, não ser cobriria.

29-. Com esse agir, a proposta, considerando valor por hora homem, não consegue comportar de maneira válida o custo para manutenção da estrutura operacional necessária e obrigatório para esta espécie de serviço, tão essencial e sensível, como a alimentação escolar.

30-. No final, chamando para a contratação com 70% do efetivo, haverá um déficit de 30% de remuneração para suportar custos operacionais e obrigatórios do contrato.

31-. Esse descuido irá impor propostas inexequíveis – mesmo sem saber –, que no custo efetivo de execução do contrato se mostrará equivocada, deficitária, correndo sério risco à execução e demandando ajustes, o que é sobremaneira ilegal e prejudicial, quando, desde já, se está diante do equívoco aqui colocado.

32-. Em suma, não se está dizendo que o custo operacional com Responsável Técnico deve ser diretamente suportado pela Administração. Não. Mas sim, dizendo claramente que na forma em que licitado, pelo SRP, se está violando a isonomia e legalidade, pois somente aquele que tiver “certeza” da contratação integral – violando o princípio da impessoalidade –, assumirá o risco de ter um custo operacional alto, sem ter a certeza da contrapartida.

### **DA DICOTOMIA DO OBJETO “GESTÃO” OU “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO”**

33-. Somete pela relevância, permite-se trazer novamente o tema, pois o objeto não define se é “gestão de mão de obra” ou “prestação de serviço”.

34-. Quando gestão de mão de obra, a simples alocação de funcionário atende ao objeto, de forma que praticamente não há os custos operacionais acima indicados e os funcionários, na quantidade

requisitada pela PMM, com base na Ata de Registro de Preço, simplesmente serão colocados à disposição da Secretaria.

35-. Já, se prestação de serviço, a obrigação pela “gestão” do SERVIÇO é exclusiva da Contratada, de forma a impor-lhe todos os custos operacionais, daí a incompatibilidade do SRP, pois não se sabe se tal custo será suportado pelo valor fatura (que depende da quantidade requisitada discricionariamente pela PMM).

36-. Assim, indispensável definir o exato termo do objeto e sua aplicação na hipótese do Registro de Preço.

**DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA  
DO EXCESSO DO EDITAL  
DA NOVA CORRELAÇÃO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

37-. No ponto, cumpre inicialmente relembrar que a modalidade de Pregão somente é adotada para contratações de bens e serviços comuns, conforme determinação do art. 1º da Lei 10.520/2002. Por esse motivo, existe forte tendência administrativa e jurisprudencial, de que é possível e muitas vezes aconselhável que se dispense a comprovação de qualificação técnica, essencial, mas não obrigatória nas modalidades da Lei 8.666/93, consoante o art. 30 e seus incisos.

38-. Com o advento da simplificação do procedimento através da Lei 10.520/2002, destinada a processos de aquisição de bens e serviços comuns, ficou mais forte essa tendência a **abster-se** de exigir extensas, minuciosas ou grandes comprovações de capacidade técnica, por um

único e simples motivo. Sendo bens ou serviços comuns, qualquer pessoa jurídica devidamente constituída, legalizada e autorizada, está apta a cumprir o contrato e, somente por este motivo, aplica-se a modalidade célere e descomplicada do Pregão.

39-. De ver-se, portanto, que a princípio, em todo e qualquer Pregão deve ser dispensada a comprovação de capacidade técnica, mas mantida a comprovação genérica dessa experiência, como bem assevera **MARÇAL JUSTEN FILHO**, *verbis*:

***“Como regra, a qualificação técnica será desnecessária para a contratação de bens e serviços comuns. Mais precisamente, bastarão exigências muito sumárias nessa área. Poderão ser estabelecidas distinções conforme se trate de compra de bens ou de prestação de serviços.”***  
(Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum).

40-. Relembre-se, por oportuno, o que diz o art. 3º da Lei 8.666/93 aplicada subsidiariamente ao Pregão:

***“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”***

41-. Essa linha de entendimento, fica mais explícita quando se está, como aqui é caso, diante de Atas de Registro de Preço.

42-. De forma que, não obstante estimado que poderão ocorrer contratações de até 535 funcionários não necessariamente isso acontecerá e, como dito, o próprio edital é taxativo neste sentido no item 24.18 e 24.24:

43-. Se, deferentemente da licitação tradicional, cujo contrato é obrigatoriamente limitado a um objeto, neste caso a Ata registra as quantidade e preços que poderão ser contratadas mediante a discricionariedade da Secretaria, daí mais um fundamento para deixar de se exigir do melhor preço, comprovações restritivas e exacerbadas quanto a capacidade técnica ou econômica.

44-. Um desvio comumente encontrado na utilização do SRP é exatamente o de estimar quantidades elevadas e irreais, fazem exigências de habilitação tendo por base estes quantitativos, mas, de fato, pouco é contratado, entretanto, com aquele agir desde a licitação excluiu diversos interessados, reduzindo a competitividade e não dando consecução ao interesse público.

45-. Desta feita, diante da possibilidade real, clara e objetiva, por isso usado o SRP, da contratação ser inferior a 535 colaboradores não é possível exigir-se 50% desse efetivo para comprovação da capacidade técnica, menos ainda 3 anos de experiência anterior, pois sobejamente superior ao objeto do edital, de forma que não é nem COMPATÍVEL, nem PERTINENTE, como discorre o art. 30 da Lei 8.666/93.

46-. É, portanto, necessário lembrar alguns pontos, dentre eles o de que o próprio edital exige no **item 11.C.2.1**, que a comprovação técnica se dê mediante comprovação de atividade **TÃO SOMENTE PERTINENTE E COMPATÍVEL**, nos exatos limites do art. 30 da Lei 8.666/93.

*C.2.1 - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o item objeto da licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (trinta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação (Acórdão TCU n. 8364/2012 - 2ª Câmara);*

47- Relembre-se, por oportuno, que o art. 30 da Lei 8.666/93, declara que a exigência de comprovação é **RESTRITIVA** e somente deve girar em torno do indispensável, devendo ser apenas **COMPATÍVEL OU SEMELHANTE**, jamais se referindo a idêntico objeto.

48- Exatamente sobre o tema novamente permite-se transcrever a doutrina do professor **MARÇAL JUSTEN FILHO**, *verbis*:

*“A Constituição não defere ao administrador a faculdade de, ao discriminar as condições de habilitação, optar pela maior segurança possível. Como já se afirmou acima, a Constituição determina que o mínimo de segurança configura o máximo de restrição possível.”* (Comentários a

Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª edição. São Paulo: Dialética, 2005. p. 329)

49-. Isto posto, requer seja revisto as exigências de capacidade adequada a realidade do Sistema de Registro de Preços.

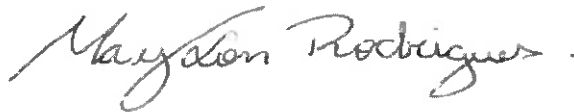
### **PEDIDO**

Ante o exposto, espera e requer a Impugnante a Vossa Senhoria seja **acolhida e provida a presente Impugnação** para reconhecendo as nulidades, suspender a sessão, reformular e ajustar o edital, **determinando nova publicação**, respeitando o art. 21, consoante os motivos acima expostos, caso assim não entenda, requer seja remetido ao TCE-RJ a presente peça como **Representação** de que trata o **art. 113 da Lei 8.666/93**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2024.



**MAYKON RODRIGUES**  
**SÓCIO ADMINISTRADOR**

**MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**



PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 24604/24

Data de Início: 02/11/24

Rubrica: [assinatura] Fls: 17

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF: 004.473.365-70  
RG: 1085810-422  
DATA DE EMISSÃO: 24/01/2020

CRASC CURTIBA PR  
MATRÍCULA: 129759 01 55 1984 1 0000 190 003780 20

TIPO DE EMISSÃO: 1  
SÉRIE: 14  
PCE CAR LUNETTO

CTPS: 1085810-422  
IDENTIDADE PROFISSIONAL

CEST: 1085810-422  
CEST: 1085810-422

2 VIA

50053

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DEAL DE PENALIDADES  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: MAYKON RODRIGUES

TIPO DE EMISSÃO: 1  
SÉRIE: 14  
PCE CAR LUNETTO

CTPS: 1085810-422  
IDENTIDADE PROFISSIONAL

CEST: 1085810-422  
CEST: 1085810-422

2 VIA

50053

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 24604/24  
Data de Início: 07/11/24  
Rubrica: gwp Fls: 18



## ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF/GRLF
1200221-1	19.088.605/0001-04	04/893.801/2019	04/915.954/2023	GRLF5 - Recreio

### CONCEDIDO A

MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
mgs clean

### PARA SE ESTABELECEER NO

Avenida Das Americas, 03434, BLC 2 SAL 506, Barra da Tijuca

### COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)

2.26.69.6 - PROVIMENTO DE ACESSO E INFORMAÇÕES JUNTO À INTERNET  
2.60.29.0 - PINTURA DE PRÉDIOS  
2.17.03.4 - ALUGUEL DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO  
2.27.20.0 - SELEÇÃO DE PESSOAL  
2.58.17.2 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
2.55.03.3 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS  
2.55.07.6 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS  
2.55.06.8 - LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA  
2.58.18.0 - CONSERVAÇÃO DE PARQUES E JARDINS  
2.61.23.8 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS  
2.61.28.9, 2.60.30.4, 2.43.05.1, 2.60.06.1, 2.43.26.4, 2.60.38.0

### COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA  
VEDADA A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO LOCAL  
VEDADA A ARMAZENAGEM NO LOCAL  
SIMPLES ESCRITÓRIO

### OBSERVAÇÕES

A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento de regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção da saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões.

Códigos CNAE's: 6319-4/00, 4330-4/04, 6311-9/00, 7733-1/00, 7810-8/00, 7820-5/00, 8121-4/00, 8122-2/00, 8129-0/00, 8130-3/00, 9102-3/02, 4321-5/00, 7112-0/00, 4299-5/99, 9511-8/00, 4322-3/01, 3319-8/00, 3314-7/10, 4322-3/02

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 2023

Deferido automaticamente conforme decreto 41827/2016



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 24604/24  
Data de Início: 07/11/24  
Rubrica: 84 Fls: 19

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
19.088.605/0001-04  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
15/10/2013

NOME EMPRESARIAL  
MGS CLEAN SOLUCOES E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
MGS CLEAN

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente  
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente  
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente  
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica  
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás  
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração  
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral  
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet  
71.12-0-00 - Serviços de engenharia  
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios  
78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra  
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária  
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios  
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas  
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente  
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas  
91.02-3-02 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos  
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV DAS AMERICAS

NÚMERO  
03434

COMPLEMENTO  
BLC 2 SAL 506

CEP  
22.640-102

BAIRRO/DISTRITO  
BARRA DA TIJUCA

MUNICÍPIO  
RIO DE JANEIRO

UF  
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
CONTATO@MGSCLEAN.NET

TELEFONE  
(21) 3489-2238/ (21) 3437-6170

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
19/06/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/11/2023 às 08:01:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







**6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**  
denominada

**MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 19.088.605/0001-04**

**MAYKON RODRIGUES** - Brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/01/1984, natural do estado de Curitiba, portador da Carteira de identidade expedida pelo SSP/RS em 20/01/2020 sob o nº 10.858.104-12, inscrito no CPF sob o nº 004.473.360-70, residente e domiciliado à Rua César Lattes, nº 260 - Bloco 05 - Apto 105 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.793-329.

**S O C I E D A D E L T D A**

Os sócios(as) componentes da sociedade limitada denominada "**MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**", com sede e matriz à **Avenida das Américas, nº 3.434 - Bloco 4 - Sala 318 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.640-102**, inscrita no CNPJ: **19.088.605/0001-04**, resolvem alterar a referida sociedade para proceder as seguintes modificações:

- 1) **Alteração de endereço da empresa;**
- 2) **Alteração do objeto social;**
- 3) **Aumento e integralização do capital social;**
- 4) **Consolidação do Contrato Social.**

1) **CLÁUSULA PRIMEIRA:** O endereço da empresa passa a ser à "**Avenida das Américas, nº 3.434 - Bloco 02 - Sala 506 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.640-102**";

2) **CLÁUSULA SEGUNDA:** O objeto social da empresa passa a ser: "**Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet e provimento de acesso e informações junto à internet ; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem; Seleção, agenciamento e locação de mão de obra em geral; locação de mão de obra temporária; Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; Prestação de serviços de mão de obra especializada ou não especializada; Prestação de serviços de copeiragem, almoxarife, recepção, recepção hospitalar, telefonista , porteiro, vigia, zelador, cozinheiro (a) , secretária, mensageiro e motorista; Prestação de serviços de jardinagem, atividades paisagísticas e manutenção de áreas verdes e gramados, florestamento e controle de vegetação; Conservação de parques e jardins; Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de prédios e em domicílios; Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de unidades hospitalares; Prestação de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de reservatório de água; Prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas ; Serviços de dedetização e desratização; Serviços de apoio à atividades operacionais administrativas; Prestação de serviços de maqueiro hospitalar; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo ; Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, não especificados anteriormente;**

Restauração e conservação de lugares e prédios históricos; Serviços de pintura em edifícios ; Imunização e controle de pragas urbanas; Instalação e manutenção elétrica; Serviços de engenharia; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente e Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração”;

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 24604/24

Data de início: 07/11/24

Publicação: 07/11/24

Fis: 23

- 3) **CLÁUSULA TERCEIRA:** Altera-se o capital social de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), totalmente integralizado para R\$ 7.500.000,00 (Sete milhões e quinhentos mil reais) divididos em 7.500.000 (Sete milhões e quinhentas mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, integralizada neste ato pelo sócio, em moeda corrente do país;
- 4) **CLÁUSULA QUARTA:** Finalmente, por força das modificações ocorridas acima, resolvem os contratantes, através do presente instrumento, consolidar todas as disposições contratuais, passando a sociedade a se reger única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

denominada

**MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 19.088.605/0001-04**

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME, SEDE E FORO

“MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA”, com sede e matriz à Avenida das Américas, nº 3.434 - Bloco 02 - Sala 506 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.640-102, inscrita no CNPJ: 19.088.605/0001-04, adotando o nome comercial e de fantasia “MGS CLEAN”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - ABERTURA OU ENCERRAMENTO DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios (as).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

O objeto social é “Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet e provimento de acesso e informações junto à internet ; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem; Seleção, agenciamento e locação de mão de obra em geral; locação de mão de obra temporária; Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; Prestação de serviços de mão de obra especializada ou não especializada; Prestação de serviços de copeiragem, almoxarife, recepção, recepção hospitalar, telefonista , porteiro, vigia, zelador, cozinheiro (a) , secretária, mensageiro e motorista; Prestação de serviços de jardinagem, atividades paisagísticas e manutenção de áreas verdes e

gramados, florestamento e controle de vegetação; Conservação de parques e jardins; Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de prédios e em domicílios; Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de unidades hospitalares; Prestação de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de reservatório de água; Prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas ; Serviços de dedetização e desratização; Serviços de apoio à atividades operacionais administrativas; Prestação de serviços de maqueiro hospitalar; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo ; Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, não especificados anteriormente; Restauração e conservação de lugares e prédios históricos; Serviços de pintura em edifícios ; Imunização e controle de pragas urbanas; Instalação e manutenção elétrica; Serviços de engenharia; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente e Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração”;

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 24604/24  
Data de início: 07/07/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 24

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O prazo de duração da sociedade é indeterminado e o término do exercício social dar-se-á no último dia do exercício fiscal determinado em Lei, atualmente fixado em 31 de dezembro de cada ano.

#### **CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$ 7.500.000,00 (Sete Milhões e quinhentos Mil Reais), constituído de 7.500.000 (Sete milhões e quinhentos Mil) cotas de valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelo(a) sócio(a), em moeda corrente do país, no presente ato a seguir:

NOME	%	COTAS	VALOR R\$
MAYKON RODRIGUES	100	7.500.000	7.500.000,00
TOTAL	100	7.500.000	7.500.000,00

#### **CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS (AS)**

A responsabilidade de cada sócio (a) é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, respondendo solidariamente pela integralização do capital social da empresa.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade será exercida pelo sócio(a) **MAYKON RODRIGUES**, que assina isoladamente, cabendo ao mesmo, a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, podendo praticar todos os atos e operações referentes ao objetivo social, inclusive representar a



empresa em juízo ou fora dele. O administrador praticará todos os atos compreendidos no objeto social, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 24604/24  
Data de Início: 07/11/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 25

#### **CLÁUSULA OITAVA – RETIRADA DE “PRO LABORE”**

Os sócios (as) administradores receberão a qualquer tempo, desde que fixada pela assembleia de cotistas, uma retirada mensal pelo exercício da administração a título de Pró-labore, respeitado as limitações legais.

#### **CLÁUSULA NONA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios (as) deliberarão sobre as contas e designará administrador (es) quando for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – LUCROS E/OU PREJUÍZOS**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo único** - Fica facultado a empresa distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário proporcionalmente ou não ao valor de suas cotas, em acordo com os sócios(as), inclusive, destina-se a formação do capital social da empresa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

Falecendo ou interditado qualquer sócio (a), a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO CENTRAL**

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, para dirimir quaisquer dúvidas por ventura oriundas do presente instrumento, afim que venha produzir os efeitos de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Os sócios (as) declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1011, do CC/2002.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023.

MAYKON

RODRIGUES:0

0447336070

Assinado de forma digital  
por MAYKON  
RODRIGUES:00447336070  
Dados: 2023.11.10  
15:15:20 -03'00'

MAYKON RODRIGUES




### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, NIRE 33.2.1151845-7, PROTOCOLO 2023/00888353-1, ARQUIVADO EM 16/11/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005874432, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
004.473.360-70	MAYKON RODRIGUES

16 de novembro de 2023.

  
Gabriel Oliveira de Souza Voi  
Secretário Geral

1/1